

A expansão do Ensino Secundário no Piauí: Uma escola propedêutica ou para o trabalho?¹

Romildo de Castro Araújo²

Resumo: Este artigo busca analisar a expansão do ensino secundário na rede pública estadual de educação do Piauí, entre as décadas de 1940 e 1960, destacando o crescimento do acesso e as propostas de reformas que influenciaram na definição da função educativa deste nível de ensino. A argumentação também destaca o processo de modernização e os embates entre as propostas conflitantes no tocante ao caráter desse ensino na sociedade piauiense. Como se deu essa expansão no contexto do dilema entre educação propedêutica ao ensino superior ou para o trabalho? A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, incluindo textos de opinião publicados em jornais locais, os relatórios e as mensagens anuais dos governos estaduais. Identificamos, na memória, a dinâmica da expansão e o posicionamento dos agentes públicos, articuladores da imprensa e de educadores, pela manutenção ou pela mudança no caráter do ensino secundário com vistas ao seu ajustamento ao quadro de transformações da sociedade piauiense. A pauta do desenvolvimento econômico e social predominou no debate educacional, sendo esta a justificativa maior encontrada para a expansão e a defesa da escola secundária de massas e profissionalizante.

Palavras-chave: Ensino Secundário; Reformas Educacionais; Expansão; Urbanização; Industrialização.

Abstract: This research intends to analyze the expansion of secondary education in the public education system from state of Piauí, between the 1940s and 1960s, highlighting the growth in access and the reform proposals that influenced the definition of the educational function on this level of education. There is also highlights for the modernization process, and the clashes between conflicting proposals regarding the character of this education in Piauí society. How did this expansion take place in the context of the dilemma between propaedeutic education and higher education or for work? The methodology used was documentary research, including opinion texts published in local newspapers, reports and annual messages from state governments. In memory we identified the dynamics of expansion and the positioning of public agents, articulators of the press and educators, by maintaining or changing the character of secondary education with the intention to adjusting it to the changes in Piauí society. The agenda of economic and social development predominated in the educational debate, which is the main justification found for the expansion and defense of the mass and vocational secondary school.

Keywords: Secondary Education; Educational reforms; Expansion; Urbanization; Industrialization.

THE EXPANSION OF SECONDARY EDUCATION IN PIAUÍ: A PROPAEDEUTIC SCHOOL OR FOR WORK?

¹ O presente texto é parte da pesquisa sobre a constituição do corpo docente na rede estadual de educação do Piauí, realizada no âmbito do curso de mestrado em educação do PPGEd - UFPI, de 2010 à 2012.

² Professor Adjunto da UFPI/CSHNB e doutor em educação pela UFU. Email: araujo_romildo@hotmail.com

Introdução

O Ensino Secundário foi um tipo de formação básica da elite. Este significava a manutenção de uma alta cultura assentada sobre a conciliação precária entre estudos literários e científicos, desvinculado de uma utilidade imediata para o mundo do trabalho (SOUSA, 2008). Pelas transformações que sofreu com a democratização do acesso e a atualização do currículo, ampliou-se cada vez mais. O “velho e bom ensino secundário”, como o intitulou Clarisse Nunes, tornou-se motivo de reformas constantes que passaram a defender uma educação à luz das exigências do capitalismo do século XX. O processo de industrialização e urbanização ocasionou mudanças importantes no processo formativo da sociedade brasileira.

Assim, a importância deste trabalho reside no intento de analisar a expansão do ensino secundário na rede pública estadual de educação do Piauí, entre as décadas de 1940 e 1960. Propõe-se a destacar o crescimento do acesso a esse nível de ensino, tomando como base os efeitos das propostas de reforma que influenciaram a definição de sua função educativa na sociedade. A educação secundária piauiense viveu um intenso debate que marcou todo o período. Partindo do dilema gerado pela tensão entre as tendências de educação propedêutica, voltada à preparação para o ensino superior, e ensino profissionalizante, voltado para o trabalho, perguntamos: Como se deu a expansão dessa escola nesse contexto no Piauí?

No país, o sistema de educação que adentra aos anos 1940 ofertava tipos de ensino distintos para alunos provenientes de classes sociais diferentes. Por um lado, apresentava como objetivos formar lideranças nacionais através da cultura geral e humanística e, por outro, formar a força de trabalho dos setores básicos da economia através no Ensino Técnico Profissional, Industrial, Agrícola e Comercial. No período de 1940 a 1960, o ensino secundário viveu o seu dilema principal, reflexo da dualidade que se configurou historicamente na educação brasileira. Este período, do ponto de vista da periodização, compreende a fase de predomínio do ideário pedagógico renovador, segundo Saviani (2008).

As pretensões do desenvolvimento econômico e social do Piauí, que até a década de 1930, conforme Queiroz (2017), esteve alijado do processo de crescimento capitalista que viviam outras regiões e apenas iniciando uma fraca integração ao mercado externo, representa a principal justificativa para as mudanças na concepção e na dinâmica da expansão do Ensino Secundário. Um estado pobre e com baixa densidade demográfica, contava com uma população escolarizável dispersa e sem condições de afluir às escolas existentes, realidade nada propícia ao acesso escolar. Somente com a urbanização e a industrialização esse

processo se modifica, cobrando destas escolas maior acesso do público juvenil e sua atualização programática e curricular.

No Piauí, o acesso às escolas secundárias até meados do século XX ainda era um privilégio, cujas camadas médias e as elites desfrutavam quase que exclusivamente de sua oferta, tendo como arcar com seus custos nada modestos. Mas, a partir de então, sua expansão se tornou cada vez mais uma exigência. Isto pode ser constatado no aumento gradativo das matrículas, embora a relação proporcional com a população escolarizável não tenha sido das melhores.

Diferentes modificações legais no Ensino Secundário foram promovendo sua flexibilização, alterações que acompanharam o processo de transformação da realidade econômica, social, política e cultural do estado. O ritmo da expansão foi mais lento nos 1940 e mais acelerado nos anos de 1960. O ginásial e o colegial agrupavam a maioria significativa das matrículas existentes durante o período estudado, atraindo ainda o público pelo prestígio e status social que conferia. Por sua vez, os cursos técnicos tinham uma menor procura, embora desde a Reforma Capanema, tenham sido diversificados e incentivados pelo poder público.

Para apreender os ideais de educação predominante, buscamos perceber as questões educacionais pautadas por articulistas, agentes públicos e professores presentes nos documentos analisados, dialogando com a categoria memória. Considerando-a como parte da comunicação entre os indivíduos, cujas implicações articulam-se, estabelecendo uma relação íntima entre a memória individual e a memória coletiva na produção da história (CASADEI, 2010). Articulado com a história social, o texto busca explicação para o dilema entre educação propedêutica ao ensino superior ou para o trabalho no ideário reformador predominante.

O texto inicia tratando da modernização do Ensino Secundário no país. Em seguida analisa o processo de expansão deste nível de ensino no Piauí. Por último, destaca os ideais acerca do mesmo, procurando compreender o contexto da realidade socioeconômica e cultural piauiense. Concluímos que o Ensino Secundário sofreu os impactos das profundas transformações do processo de modernização. Sua forma de expansão seguiu as tendências gerais e específicas desses processos, frente à necessidade cada vez maior do conhecimento científico na dinâmica da sociedade capitalista, muito embora em uma região periférica. O desenvolvimento econômico e social predominou como justificativa para a expansão e a defesa de um ensino profissionalizante e de massa.

A modernização e democratização do ensino secundário no Brasil

A educação pública democrática é característica do século XX e seu desenvolvimento coincide, mais ou menos, com este tempo, quando muitas vezes se levantaram em defesa de uma educação pública democrática. Os precursores da educação democrática, ou seja, a educação para todos, antes que a democracia fosse instituída na sociedade, foram Comenius, Condorcet, Fichte e Pestalozzi (LUZURIAGA, 1959). Na virada deste século já se percebia a constituição de um novo pensamento educacional que agregava as contribuições da psicologia associada à noção de trabalho, numa crítica radical ao ensino tradicional (MANACORDA, 2010).

Para Dewey (1979), as invenções referentes ao nosso domínio intelectual dos segredos da natureza testemunham que a ciência é o meio principal de melhoramento progressivo dos meios de ação. A Escola Nova associa, assim, a escola com as possibilidades colocadas pelas ciências naturais na transformação da realidade e no progresso social. Afirma os ideais pedagógicos e filosóficos adequados a uma sociedade técnico-industrial. A escola era vista como ambiente especial, em que o meio é preparado para influir na direção moral e mental dos estudantes. Tal concepção terá uma larga influência na educação da primeira metade do século XX no Brasil.

Como sublinha Lourenço Filho em seu texto “Educação, problema nacional”, esta não se define em termos autônomos, mas deve ser entendida em função dos demais aspectos da vida coletiva. Por isso, há de ser situada num sistema político, numa organização econômica, numa estrutura religiosa, no conjunto, enfim, do plano da cultura. Aspecto que lhe explique a origem e o destino, as condições de existência e de sua continuidade e aperfeiçoamento. Frente às mudanças destacadas, poderão subsistir os povos dotados de fortes características de coesão e disciplina, mas possuidores também das virtudes que os habilitem a reajustamento, pronto e eficaz, em face de uma nova ordem de coisas (LOURENCO FILHO, 1998). O autor trabalha uma noção ampla de cultura que envolve a produção da vida material, social e dos valores.

Para Abreu (2005), o termo denominado escola secundária (até a Lei 4.024/61) era conhecido como a soma do que hoje existe como segundo ciclo do ensino fundamental somado o ensino médio. Em seu sentido técnico, corresponde à segunda grande divisão da escala educacional, de cujo tronco (ensino médio) era o ramo julgado mais importante. As leis que estabeleciam ao poder público a obrigação pela oferta, terminou direcionando-o a um público favorecido economicamente. Esse caráter elitista vai ser bastante criticado diante dos tantos dilemas que a educação nacional vivia nas primeiras décadas dos anos 1900.

Como sugere Hilsdorf (2015), oferecendo caução do progresso prometido, sob o qual a frequência à escola formaria um homem progressista aos tempos modernos, a escola era emblema da instauração de uma nova ordem. Não podemos esquecer que estava em formação uma sociedade branca, estratificada e com direitos e deveres diferenciados, segundo sua posição no mundo do trabalho. Não tardaria para que os Pioneiros da Educação Nova colocassem em pauta as aspirações por níveis mais elevados da educação para os setores marginalizados.

A modernização do Ensino Secundário, instituída por meio do Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931, começou com a reforma realizada pelo ministro Francisco Campos,³ que dispôs sobre sua reorganização. Com esta medida, o ensino foi reestruturado, na tentativa de sanar os graves problemas que este enfrentava desde a República Velha. Além de atribuir maior importância ao ensino de ciências físicas e naturais, reuniu o caráter formativo e propedêutico. Uma melhor intervenção estatal foi possibilitada pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Como enfatiza Dallabrida (2009), a Reforma Campos nasce depois de a educação ter sido reconhecida pelo governo de Vargas como um “problema nacional”. Foi um instrumento fundamental da nacionalização, colocada a serviço do projeto de integração política e de construção do Estado Nacional.

Na gestão do ministro Gustavo Capanema, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 9 de abril de 1942, também conhecida como Reforma Capanema. Foram instituídos um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos, denominado colegial, compreendendo dois cursos paralelos (o clássico e o científico). Este novo ordenamento jurídico alargou sua dicotomia, entretanto, a nova organização se aproximou ainda mais da escola moderna.

Para compreender os dilemas da escola secundária, se destacam as obras de Abreu (2005), Nunes (1980), Romanelli (2006), Sousa (2008), Lourenço Filho (1998) e Teixeira (2005), que abordam o tema no contexto histórico do processo de modernização da sociedade brasileira. As mudanças ocorridas na sociedade incidiram na escola, demonstrando que o processo de escolarização, no país, acompanha as tendências gerais do processo de urbanização e industrialização, sem deixar de lado também aspectos específicos que se configuram em cada realidade regional.

³ Ministro do governo provisório de Getúlio Vargas assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado pela iniciativa da reforma que promovera no ensino de Minas Gerais. Deixou o ministério em 1932 após realizar mudanças no ensino brasileiro chamadas de Reformas Francisco Campos.

Nunes (1980) reconhece que, a partir do processo de industrialização, o Ensino Secundário, composto por tipos diferentes de ensino para alunos provenientes de classes sociais distintas, apresentava como objetivos, por um lado, formar lideranças nacionais através da cultura geral e humanística, e ainda, formar a força de trabalho dos setores básicos da economia no Ensino Técnico Profissional Industrial, Agrícola e Comercial. Acerca do seu caráter elitista, lembramos as palavras de Teixeira:

A escola secundária brasileira sempre foi, no passado, uma *escola preparatória*. Preparava os candidatos ao ensino superior; como escola de "preparatórios", tinha objetivos determinados e uma clientela determinada. A clientela era a que se destinava ao ensino superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamava de cultura geral. Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, não visava dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, ministrar uma educação literária, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia (TEIXEIRA, 1954).

Diferentemente do ensino primário, que ocupou lugar central no projeto de modernização da sociedade brasileira empreendido pelos republicanos no início do século XX, o secundário estava voltado para um grupo social restrito de jovens das elites ou da incipiente classe média urbana, cuja finalidade específica era a preparação para os cursos superiores (SOUSA, 2008). Do ponto de vista do currículo, “[...] a formação das classes dirigentes continuou privilegiando a arte da expressão, a erudição lingüística, o escrever e falar bem, o domínio das línguas estrangeiras e a atração pela estética literária.” (Ibid., p.89-90).

Com a consolidação do poder republicano o Estado voltou seus objetivos também para a estruturação do Ensino Secundário, com vistas sua maior organicidade. Neste sentido, durante a Primeira República, sucessivas reformas educacionais foram implantadas pelos governos em âmbito federal, buscando normatizar os critérios de entrada, seriado e de frequência obrigatória nos estudos secundários (Id., Ibid.). Esse processo de sistematização do ensino se apresentou em diferentes reformas e normas que foram instituídas ao longo das primeiras décadas de 1900, no contexto da ascensão da burguesia industrial e do processo de modernização do Estado burguês no Brasil.

Para Romanelli (2006), sua expansão no país pode ser constatada pelo majestoso aumento das matrículas. Mas não se apresentava sem problemas, uma vez que havia a inelasticidade da oferta no sistema educacional, sobretudo na sua incapacidade de se integrar ao sistema global de desenvolvimento. Sobre isso, é importante destacar que no país, em

1940, a população escolarizável, de 10 a 19 anos, era de 9.772.003 habitantes. Porém, apenas 2,16% destes estavam matriculados neste nível de ensino.

Comparado aos demais ramos do sistema escolar brasileiro, durante a vigência das Leis Orgânicas ocorreu um crescimento de matrícula verdadeiramente explosivo (NUNES, 1980). Com as outras modalidades do ensino médio, porém, não ocorreu o mesmo, pois a procura se dava de forma mais acanhada. Vejamos o que diz Nunes sobre a relação entre o crescimento do secundário, comparado às outras modalidades de ensino de nível médio, como o profissional, por exemplo:

Enquanto a procura do curso secundário provocava o crescimento contínuo da rede escolar, a demanda do ensino profissional, particularmente do industrial e do agrícola, ocorria a níveis muito baixos, sem esgotar, inclusive, a utilização de toda a sua capacidade de matrícula (NUNES, 1980, p.44).

A realidade do acesso ao Ensino Secundário no país pode também ser demonstrada pelo crescimento das matrículas. Enquanto em 1940 se tinha um total de matrícula de 170.057 alunos no universo de 23.709.769 habitantes com idade acima de 15 anos, em 1950, por outro lado, o número era de 406.959 para um público de 30.249.230 habitantes na mesma faixa etária. Nas décadas posteriores, os números mudaram substancialmente, sendo que em 1960, dos 40.187.590 habitantes com idade acima de 15 anos, 868.178 estavam matriculados. (PIAÚÍ, 1972)

No geral, a oferta e o acesso ao Ensino Secundário não acompanham o crescimento da população de 15 anos, muito embora o processo de expansão tenha sido significativo. Com esses dados, percebe-se preferência da sociedade por um tipo de ensino acadêmico que conferia status e possibilidades de estratificação social, mas ainda com barreiras enormes para o acesso. Criou-se uma áurea cujo esplendor vai até os “anos dourados” do capitalismo brasileiro. A expansão dos anos de 1940 a 1960, segundo Sousa (2008), possibilitou a consolidação de um imaginário de excelência escolar dos ginásios e colégios, especialmente no setor público, cujas escolas eram referências.

Segundo Nunes (1980), a melhor justificativa para a preferência da demanda escolar pelo nível médio vem de Jayme de Abreu, que aponta quatro motivos essenciais pela procura: a) era o ramo que desfrutava de maior prestígio como agência de ascensão social; b) preparava melhor para a série de atividades em empregos e serviços semiquualificados; c) era o melhor caminho para acesso ao ensino superior, e; d) era o menos exigente em custos.

Pode, também, ser responsável o seu impulso da necessidade de educação em geral pelos indivíduos e o contato direto e indireto destes em diferentes condições socioeconômicas (NUNES, 1980). Ou seja, além dos fatores anteriormente elencados, interagem ainda na dinâmica da procura pela escola, fatores culturais que se dão pelas relações entre os extratos das classes populares, que passam habitar o mesmo espaço urbano a partir da década de 1950. A ideologia desenvolvimentista já havia contagiado a educação, presente desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932. No contexto de uma crescente industrialização, tratava-se de defender uma escola democrática.

O Ensino Secundário era visto como problema internacional, pois a sua expansão, a mudança de seu alunado e a necessidade de reorientação de seus programas de estudos nos países capitalistas periféricos tornaram-se importantes pela exigência do desenvolvimento em curso. Nos anos de maior urbanização e industrialização, os embates em torno do caráter desse nível de ensino iriam ser marcantes nos debates educacionais (Id., *Ibid.*).

De acordo com Saviani (2008), os anos de 1960 marcaram a exaustão do modelo renovador demonstrado pelo encerramento das experiências, assim como pelo fechamento de alguns órgãos, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e suas filiais. A pedagogia tecnicista nasce nesse contexto de esgotamento e mudanças na base produtiva da sociedade brasileira. Com a crise do modelo renovador, articula-se uma nova concepção pedagógica, que tem base produtivista e que irá predominar como orientação educacional dos governos militares.

O processo de modernização do ensino brasileiro contou com a ajuda dos acordos bilaterais com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) nos anos de ditadura militar, objetivando uma nova mística da ascensão social pela acumulação do capital humano individual, como também possibilitar a criação de um número suficiente de indivíduos treináveis. A finalidade do Acordo MEC-USAID era assistir os conselhos e secretárias estaduais de educação no preparo de planos racionais para a formação de técnicos, dentre outras (ARAPIRACA, 1982).

Durante os anos sessenta, em todo o país ocorre uma explosão das matrículas no Ensino Secundário, totalizando 868.178 mil matrículas no ano de 1960, de modo que se chega ao final da década com 2,6 milhões de matrículas (BRASIL, 1972). O secundário se sobrepôs ao Ensino Comercial, Industrial e Agrícola, que juntos não chegavam à casa dos 30% do conjunto das matrículas ao final da década. O Ensino Normal teve maior incidência, entre os cursos profissionalizantes de nível médio

Apesar de a Lei 4.024, de 20 de abril de 1961, abrir a todos os cursos médios a possibilidade de acesso ao ensino superior, a estrutura do Ensino Secundário era o único que mantinha seu caráter propedêutico aos cursos superiores, enquanto a estrutura dos cursos técnicos era predominantemente terminal (BRITO, 1996). A Lei, portanto, elevou a escala da dicotomia existente na educação brasileira, vez que o Ensino Secundário continuava impermeável para um amplo setor das camadas populares brasileira que até os anos de 1960, mal tinham acesso ao primário.

Expansão do Ensino Secundário no Piauí

A educação piauiense, no período de 1940 a 1960, tem seus traços gerais marcados pela realidade que caracterizava a base econômica, social, política e cultural do estado. A sociedade piauiense era essencialmente rural, estando bastante isolada do centro do país e dispersa em um vasto território geográfico, bem como na posição de elemento complementar na economia nacional. A maioria dos seus habitantes não tinha acesso à escola (estudar ainda era “coisa de rico”). Era também uma sociedade onde se estabeleciam mecanismos extremamente sólidos de controle sociopolítico. Santos (1980) coloca que o forte movimento de urbanização no fim da 2ª Guerra Mundial é contemporâneo do crescimento demográfico, da natalidade elevada e mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários e a melhoria dos padrões de vida.

A urbanização, a industrialização e os processos migratórios se constituem nos principais fatores de transformação estrutural da sociedade. Estes fatores estão relacionados ao que tradicionalmente se costuma sintetizar na palavra modernização. A população brasileira iniciou um processo migratório, tendo como principais razões para esta mobilidade geográfica o surgimento de uma defasagem socioeconômica entre as diversas regiões, assim como a ampliação das redes de rodovias e formas de comunicação que passam a reunir as isoladas e distintas regiões: “[...] os valores do mundo urbano penetram nas formas de comportamento, e a estrutura de necessidades começa a mudar [...]” (BERGER, 1980, p. 122).

A aristocracia rural dos criadores de gado perdeu importância face à formação de proprietários produtores de gênero alimentícios para o mercado nordestino. Surge a mentalidade capitalista. Com a industrialização prevista para o setor pecuário, a tendência era a de se alterar o comportamento dos próprios criadores (SANTANA, 1965). As classes sociais modernas no Piauí se constituem nessa dinâmica contraditória gradual de transferência da vida rural para a interação urbana.

Eram pelo menos 8 as localidades de características urbanas acentuadas nos anos 1960, com maior diversificação de suas atividades. A maior parte da população piauiense se aglutinava em torno da procura do mercado em crescimento em Teresina, Parnaíba, Floriano, Campo Maior e Picos (Id., Ibid.). Uma sociedade com essas características assumiria ritmos e particularidades em que o isolamento e a dispersão funcionariam como fator restritivo de acesso ao ensino e, conseqüentemente, da concentração da expansão e criação de uma dinâmica própria das oportunidades escolares, voltada para estes núcleos dinâmicos.

Nessa década, sobretudo em Teresina e Parnaíba⁴, já havia alguns estabelecimentos, bem como se percebe uma maior participação de “doutores” na vida política do Estado. Mas era a época de alijamento de grande parte da população escolarizável desse nível de ensino, pois o mesmo estava voltado prioritariamente para a formação cultural das chamadas “elites condutoras”. Inicialmente, ampliou-se o ginásio com o surgimento de alguns estabelecimentos escolares, mas o colegial não. No início dos anos de 1940, o governo de Leônidas de Melo apresentava o seguinte quadro do ensino no estado:

Funcionaram regulamente, durante o ano de 1941, 8 ginásios e 4 escolas normais, sendo um ginásio e uma escola normal oficial e os demais subvencionados pelo Governo do Estado. De anos para ano a matrícula em nossos cursos secundários e normais vem aumentando, sendo animadora a atual: 1.585 e 549, respectivamente. (PIAUI, 1942, p. 58).

Segundo Brito (1986), a rede de ensino pública tem início com a fundação do Colégio Estadual do Piauí (CEP)⁵, remanescente do antigo Liceu, a mais importante escola do Estado na década de 1940, com oferta dos cursos ginásio e colegial. Nas palavras de Coelho, que fez parte de seu corpo docente naqueles anos, o estabelecimento:

[...] era uma escola de elite. Ainda não tinha chegado àquela fase da democratização do ensino. Era a elite cultural, intelectual que estudava no Liceu. Embora fosse um colégio aberto a todas as classes sociais, mas geralmente, chegavam lá as pessoas que vinham da elite social e econômica. Eram pessoas destacadas na sociedade (COELHO, 2011, p.5).

⁴ Parnaíba cumpriu um importante papel na economia do Estado do Piauí, pois até os anos de 1940 detinha um importante porto comercial pelo qual os produtos do extrativismo vegetal eram transportados, o que gerava maior dinâmica econômica, social e cultural para a cidade. Conseqüentemente, surgiam demandas sociais na educação.

⁵ Com a Reforma Capanema (1942), o Liceu Piauiense passou a se chamar Colégio Estadual do Piauí (CEP). Em seguida, no dia 1º de janeiro de 1962, com a Lei 2251/62 recebeu o nome de Colégio Estadual Zacarias de Góis.

No final daquela década, as matrículas no CEP se expandiram e o estabelecimento passou a funcionar regularmente com ensino gratuito. Manteve três cursos nos diferentes turnos, com 667 alunos matriculados, a grande maioria concentrada no ginásial (diurno e noturno), como veremos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Matrículas do CEP no ginásial e colegial -1949

Série	Ginásio		Colégio			
	Diurno	Noturno	Científico		Clássico	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1 ^a	43	20	89	48	12	6
2 ^a	71	49	36	18	9	4
3 ^a	62	49	28	18	3	4
4 ^a	4	158	-	-	-	-
Total	216	176	163	84	24	14

Fonte: Piauí, 1950, p.20-21. Piauí, 1953, p.37.

A Escola Normal deu uma admirável contribuição à expansão do Ensino Secundário, sendo um dos estabelecimentos públicos, depois do CEP, que mais recebia estudantes no ginásial. Durante os anos de 1948 a 1952, suas matrículas variaram bastante, mas mantendo a tendência à ampliação do seu público e ofertando vagas sempre de forma expressiva.

Quadro 2 - Matrículas do Ginásio na Escola Normal -1948-1952

Série	ANO				
	1948	1949	1950	1951	1952
1 ^a	151	134	97	138	141
2 ^a	157	129	109	139	189
3 ^a	109	11	164	118	158
4 ^a	136	54	119	81	112
Total	553	328	489	476	600

Fonte: Piauí, 1950, p.20-21; Piauí, 1953, p.37.

O governo avaliava que o CEP estava funcionando com a devida regularidade e que as matrículas, no ano anterior, chegaram ao total de 892 estudantes, distribuídos nos vários turnos. Este crescimento levou o diretor geral do estabelecimento a solicitar ao governador a reforma geral para melhoramento do prédio da escola (PIAUI, 1953).

A prioridade dos convênios do governo do Piauí, Sr. Rocha Furtado, com o MEC estava voltada para a expansão da escola primária, urbana e rural, construção e equipagem dos grupos escolares e escolas rurais. A ruralização do ensino foi uma tese bastante difundida

naqueles anos. A educação primária era tida como dispersa, livresca e inassimilável, mesmo aos espíritos em afloração abertas às produtivas produções da vida moderna (SOUSA, 1954).

Caracterizamos o crescimento do acesso aos estabelecimentos de Ensino Secundário, na década de 1940, como expansão resignada. Mesmo crescendo em níveis significativos em relação ao quadro de não escolarização existente no estado anteriormente. O governo começava a reorganizar a pasta da educação criando divisões e modernizando também o departamento de ensino, tal como anuncia na Mensagem de 1953 à Assembleia Legislativa.

A rede oficial mantinha, agora, 04 (quatro) estabelecimentos gratuitos. Além do Colégio Estadual do Piauí e da Escola Normal “Antonino Freire”, ambos em Teresina, havia o Colégio “Lima Rebelo”, antigo Ginásio Parnaibano (oficializado em 1959) e a Escola Normal “Francisco Correia”, anteriormente Escola Normal de Parnaíba. A ampliação dos ginásios se deu nos anos de 1950, por diferentes iniciativas, nas quais as escolas do estado foi uma delas.

Até aqui, a organização do Ensino Secundário persistia conforme adotado pelas Leis Orgânicas. O exame de admissão havia sido mantido como mecanismo de seletividade, o que limitava ainda mais o acesso. Sobre este, Ribeiro (2011, p.2), relatou as dificuldades que existiam para a aquisição de uma vaga no CEP, por conta do exame: o “[...] concurso mais difícil que prestei foi o exame de admissão.”

Do ponto de vista do currículo, na Lei nº 4.024/61, foram incluídas as disciplinas vocacionais, na parte optativa do currículo, atribuição do estabelecimento de ensino escolher, mas que deveriam ser aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. A partir de então, este nível de ensino vai se ampliar, em especial o ginásial. O Curso Madureza Ginásial do Projeto Minerva e a entrada das Escolas Cenecistas⁶ representavam um esforço para minorar o problema de oportunidades. Conforme Lopes (2011), esse nível de escolaridade vai se expandido gradativamente com a ampliação do acesso pela criação de escolas e criação de vagas e por transformações nos critérios de acesso ao mesmo.

Ainda com relação às intenções de promover a ampliação de uma escola voltada para o trabalho, vimos a iniciativa de implantação de um Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT) no Piauí. Este ginásio funcionou como anexo ao Colégio Estadual Álvaro Ferreira, e veio “[...] atenuar o sentido academicista do currículo da escola secundária, incluindo em sua estrutura curricular Artes Industriais e outras atividades que preparavam o aluno para vida

⁶ Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC, fundou sua primeira escola em 1952, o ginásio Padre Marcos, na cidade de Jaicós, época em em que a maioria das cidades era desassistida do então ensino ginásial.

produtiva na comunidade.” (PIAUI, 1970, p.4). Funcionavam também duas oficinas de técnicas comerciais e uma de educação para o lar.

Apesar do esforço durante a década para profissionalização da educação, os dados demonstram que havia uma enorme resistência ao ensino profissional e preferência maior pelo secundário acadêmico no Piauí: 84% dos estudantes estavam no acadêmico e somente 16% no secundário técnico. Entre os fatores que pressionavam nesse sentido estão o incentivo do poder público e particular, traduzindo-se numa maior quantidade de escolas disponíveis deste tipo. Diferente das escolas técnicas, que eram mais complexas, exigindo a aparelhagem e professores especializados, o secundário era mais fácil de implantar (PIAUI, 1972). Outros fatores frustravam a expectativa na profissionalização. Santana (1965), afirmava que metade de força de trabalho estava sem nenhuma ocupação em meados da década de 1960.

Numa comparação com o conjunto das matrículas do ensino secundário estatal existente na série histórica, entre 1960 e 1969, constata-se que, tanto no ginásial como no colegial, as matrículas cresceram gradativamente. Na verdade, mais que triplicaram, muito embora a maioria das matrículas fosse ofertada no setor privado, que se expandia paralelamente, numa velocidade muito maior.

Quadro 3 - Matrícula no Piauí -1960 a 1969

Nível	ANO									
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Ginásial	8.967	9.524	10.852	12.024	14.003	15.938	18.262	22.075	22.900	28.401
Colegial	2.197	2.386	2.587	2.657	2.806	3.275	4.024	5.336	7.020	9.728
Total	11.164	11.910	13.439	14.681	16.809	19.213	22.286	27.393	29.920	38.129

Fonte: Piauí, 1972, p.67-85

Em que pese que a população escolarizável, de 7 a 14 anos de idade, em 1969, fosse de 300.860 pessoas, apenas 130.436 estavam matriculadas, totalizando somente 43% (PIAUI, 1969). Ou seja, o significado de uma população escolar com mais da metade de seu público fora da escola, encontra a insuficiente oferta de vagas nas diferentes cidades como justificativa. Predominava uma expectativa na mobilidade social e a escola propedêutica possibilitava ascensão na escala do prestígio social e da importância no quadro mais amplo da sociedade. A democratização da Escola Secundária, a pleno vapor, não era para todos.

Os dados estatísticos do MEC referente ao período de 1966 a 1969 indicam um crescimento significativo do acesso ao Ensino Secundário, comparando-se as três décadas estudadas. Ao analisarmos o segundo ciclo (colegial), deste período, veremos que as matrículas mais que dobraram. Constatamos também a tendência ao crescimento paulatino

das reprovações. Isso sugere a presença cada vez maior do insucesso escolar, que não se explica pela expansão, mas pelo modelo ainda quase impermeável predominante.

Para Saviani (2006), expressando a hegemonia do movimento renovador, a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa. Além dos colégios de aplicação, surgiram os ginásios vocacionais, impulsionou-se o ensino de matemática e ciências, uma verdadeira ebulição pedagógica. É preciso assinalar que, ao final dessa década, esse modelo entra em declínio. A nova situação instaurada com o golpe militar de 1964 levou à mudanças nas diretrizes educacionais, uma vez que os governos militares preferiram apenas ajustar a escola secundária à manutenção da ordem socioeconômica. É bom lembrar que a Teoria do Capital Humano (TCH) se renovava e estava em pleno vigor.

Ensino propedêutico ao superior ou profissionalizante?

O professor Manuel Paulo Nunes foi um daqueles intelectuais piauienses que mais criticou o caráter livresco e literário do Ensino Secundário. Na qualidade de inspetor do Ministério no Piauí, esteve preocupado com as exigências oficiais para com estas escolas, mas foi um árduo defensor de uma escola voltada para profissionalização. E seu olhar estava voltado para os problemas que as escolas secundárias acumulavam ao longo dessas décadas.

Em “Geração perdida: ensaios e notas críticas”, Editora Artenova (1979), defende a necessidade da renovação pedagógica e do currículo do ensino brasileiro como caminho para a formação do indivíduo para o mundo moderno. As propostas de reformas educacionais que enaltecia estavam inspiradas nas Classes Nouvelles⁷, de Gustave Monod, da França, nos anos 1950, que havia inspirado várias experiências no país. Em “Discurso Imperfeito” (APL, 1988) continua sua crítica à magra dieta educacional e à sua ineficiência, advogando uma educação para o ajustamento social. São preleções de um intelectual engajado no humanismo moderno influenciado pelo pragmatismo da Escola Nova.

Outro árduo defensor de uma nova dinâmica para a escola média piauiense, Cunha e Silva não escondia sua indignação com o caráter clássico da escola secundária. Sua voz também ressoava preocupações do mesmo estilo sobre o tema, dando uma ênfase exagerada à profissionalização, assumindo um pragmatismo muito radical. Afirmava o articulista:

⁷ Essas escolas foram propostas no pós-guerra, na França. As classes nouvelles foram a resposta para um período de esperança e renovação. Em 1945, o Ministro da Educação Nacional do Governo Provisório, René Capitant, formou um grupo composto por educadores e psicólogos para o desenvolvimento de um novo modelo educativo, que seria instituído na rede pública. Para tanto, criaram o Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP), como meio de divulgação, cooperação e intercâmbio entre educadores e suas obras, que tornou-se numa referência mundial. Monod era adépto da Escola Nova.

De que serve o Brasil possuir centenas de milhares de doutores, entre os quais milhares de filósofos, com dezenas de milhões de analfabetos?! Em lugar de tantas legiões de doutores - bacharéis e filósofos, não seria melhor que neste país se multiplicasse o número de eletro-técnicos, de agrônomos, de médicos, inclusive veterinários, de técnicos em operários especializados? O Brasil necessita, antes de tudo, de inteligências realizadoras (SILVA, 1958).

No início dos anos 1960, o discurso governamental voltava-se para a defesa de uma política de iniciativas educacionais, notadamente para a “[...] valorização do homem e o bem-estar social [...]” (PIAUÍ, 1962, p.08). O vínculo da educação com a solução de problemas fundamentais relacionados ao desenvolvimento e o progresso do estado era elemento central da retórica política. O governador Helvídio Nunes declarava:

Entendemos não ser possível o desenvolvimento e o progresso do Estado sem a participação direta do povo, e esta participação só se fará efetiva com a conveniente integração do homem na comunidade, através de processos de educação de base que incluam assistência e educação sanitária e adequada preparação para o trabalho. (PIAUÍ, 1962, p.09)

Esse discurso assumia um significado particular na medida em que o Piauí se inseria na economia nacional através do crescimento do setor terciário, em detrimento dos setores primário e secundário. Justificava-se, contudo, que o baixo nível escolar, junto a fatores integrantes de um *círculo vicioso*, era visto como um impedimento para o desenvolvimento necessário ao Estado. Agentes públicos passaram a relacionar a superação do atraso e de seus multiplicadores negativos com a elevação do nível de escolaridade da população, como expressou a matéria de jornal a seguir:

Sofremos o processo de empobrecimento acumulativo que os economistas denominam de “círculo vicioso”. Fatores diversos, tais como o baixo nível cultural, a subutilização da força de trabalho, a baixíssima produtividade agrícola e industrial e capitais escassos atuam e reagem entre si, produzindo uma cadeia de multiplicadores negativos que tendem a manter a nossa sociedade em estado de crescente atraso econômico (PIAUÍ, 1969, p.3).

Como se observa, durante os anos de 1960, o caráter propedêutico ao ensino superior perde cada vez mais seu espaço, haja vista que surgia a defesa, cada vez mais veemente, das mudanças em favor de uma formação voltada para o trabalho. Tal discurso, que já vinha se constituindo há décadas, ganhou força e tornava-se a principal expressão de diferentes propostas que circulavam na imprensa. Em outras palavras, o discurso em prol da educação

para o trabalho e a melhoria das condições de vida surge como parte do discurso de educação para o desenvolvimento da sociedade piauiense.

É a educação para forjar fábricas de doutores, sobretudo bacharéis em direito, enquanto agrônomos, químicos e veterinários, engenheiros eletrotécnicos, físicos, geólogos e operários especializados escasseiam. Em nossas indústrias metalúrgicas enxameiam. A educação que nos serve é a educação que prepara o homem para a vida, principalmente a mocidade. Educar tem mais complexidade do que instruir. Educar o raciocínio e a vontade mais do que a memória. Educar o jovem de acordo com as aptidões que demonstra possuir. Examinar, através de testes, qual a inclinação do jovem para esta ou aquela carreira ou profissão, para esta ou aquela arte ou ciência (SILVA, 1962, p.4).

Reforçando essa ideia, afirma que a educação deveria abandonar o caráter propedêutico, em nome de uma educação voltada para o desenvolvimento: “Os sábios e inventores, os artistas geniais e os cientistas não são fruto da educação livresca [...]. O Brasil não precisa de sabichões de erudição barata e sim de homens que elevem o progresso social, econômico, científico e técnico da Nação.” (Ibid., p.4).

Os graves problemas relacionados à finalidade do ensino continuavam a provocar questionamentos, ampliando o espaço para o discurso em prol da educação para o trabalho nos anos de 1960, a exemplo do governador Helvídio Nunes (1966-1970), que assumiu o problema da seguinte maneira:

Sendo o Piauí um Estado cuja economia está baseada na agricultura e pecuária, cerca de 80% de sua população economicamente ativa é empregada em atividades agrícolas e pastoris, seria de esperar, do normal desenvolvimento de nossa rede de ensino médio, o aparecimento natural de escolas agrícolas ou agro-técnicas e escolas zootécnicas, que preparassem essa grande massa da população, cujas ocupações se encontram no campo. (PIAUI, 1962, p.8).

Além da defesa da preparação técnica para o trabalho no campo, argumenta o então governador piauiense que “[...] o surgimento de novas indústrias que dia a dia vão se firmando no território piauiense tem contribuído para aumentar a demanda de técnicos e de mão de obra qualificada.” (PIAUI, 1962, p.9). Frente aos dilemas acerca do seu caráter, até então, as preocupações se voltavam mais para a solução do problema do ingresso com a expansão da rede escolar, alterando também as suas finalidades.

Do ponto de vista do currículo, havia a intenção de aprofundar a formação para o trabalho. Na Lei nº 4.024/61 foram incluídas as disciplinas vocacionais na parte optativa do currículo, sendo atribuição do estabelecimento de ensino escolher, mas que deveriam ser

aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. A única vantagem da nova lei foi não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional em cada nível e ramo, associado a certo grau de descentralização (ROMANELLI, 2006).

A Lei também fixava o mínimo de 20% das receitas do Estado e dos municípios para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Conforme a referida lei, o governo também ofereceria recursos aos estudantes carentes que revelassem aproveitamento nos estudos, sob a forma de bolsa de estudos ou de financiamento para reembolso no prazo de 10 anos, regulamentando o que antes era feito pelo Fundo Nacional de Apoio à Expansão do Ensino Médio (FNEM).

Na legislação, a estruturação do Sistema Estadual de Ensino do Piauí surge conjuntamente com o Estatuto do Ensino Médio (Lei 2.887/68). Com esta Lei, ganhava importância o preparo dos indivíduos e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitissem utilizar as possibilidades do meio e vencer-lhes as dificuldades, visando particularmente ao desenvolvimento do Estado. Também ficaria regulamentado o ensino técnico-profissional da rede de educação pública, destinado à formação de técnicos de nível médio, abrangendo os ramos industriais, comerciais e agrícolas (PIAÚÍ, 1968).

Os elevados investimentos, tanto no setor público como no privado, exigiam mão de obra qualificada, ao passo que o sistema educacional não a ofertava, condicionado à supervalorização dos cursos de caráter propedêutico ao curso superior. Nunes (1988), ao criticar, o colocava como saída urgente um ensino profissionalizante.

Concorrendo com tão magra dieta educacional, numa época que precisamos mobilizar todo potencial de nossos recursos humanos para integrá-los à luta que estamos empreendendo contra a estagnação e o subdesenvolvimento, que não é apenas obra de governos mas de toda a comunidade, há que ser considerado também o problema da inadequação do ensino atual à etapa da vida social brasileira que estamos vivendo (NUNES, 1988, p.38).

Para os governos, o desafio do sistema educacional seria, então, reverter as incongruências existentes para melhorar a realidade econômico-social do estado, tornando esse nível de ensino uma etapa preparatória para o trabalho. Foi no contexto do “milagre econômico” na educação que este projeto se concretiza compulsoriamente com a implantação da Lei 5.692/71 no Estado do Piauí, durante a administração do governo de Alberto Tavares e Silva e de Wall Ferraz na pasta da educação. Essas novas diretrizes e bases para a educação continuaram transformando gradativamente a educação pública no Piauí.

Considerações finais

As mudanças da sociedade no século XX, em particular os processos de industrialização e urbanização, influenciaram a dinâmica do Ensino Secundário. Mudanças econômicas, políticas e culturais vão estar entre os fatores que motivam este processo de expansão da oferta no período de 1940 a 1960. Ocorre sua modernização com a ampliação do público e alterações no currículo, ensejando às classes populares mudanças nas oportunidades de escolarização. A ampliação ocorre sob a influência dos ideais da Escola Nova, depois sob a influência da Teoria do Capital Humano, cuja concepção de educação estava voltada para formação prioritariamente técnica.

A legislação foi sendo flexibilizada e sua organização, reestruturada, a fim de que os níveis de acesso fossem modificados gradativamente. O seu público deixou de ser exclusivamente as elites econômicas. De níveis de acesso mais módicos das classes populares nas décadas de 1940 e 1950, a um processo mais ampliado de ingresso no Ensino Secundário nos anos 1960. Embora a esmagadora maioria da população escolarizável continuasse fora dessa escola. O insucesso escolar tornou-se também cada vez mais presente ao longo do período levando à constatação da exclusão.

O sonho do Piauí industrializado e do desenvolvimento social e econômico fundamentou diferentes projetos de educação. O dilema entre escola propedêutica ou para o trabalho marcou os ideais de escola secundário dos governos, intelectuais e educadores. O discurso da educação para o trabalho foi incisivo, pressionando o processo de modificação e ampliação gradual da oferta ao longo do período estudado. Mas a ampliação ocorreu mais no ginásial e colegial propedêuticos, de modo que na década de 1960, elevou-se significativamente o acesso ao Ensino Secundário na rede pública estadual do Piauí.

Referências

- ABREU, J. A educação secundária no Brasil. Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP**, vol. 86, n. 212, abril-junho, 2005, mimeogr. p.39-84.
- ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores associados; Cortez, 1982.
- BERGER, M. **Educação e Dependência**. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- BRASIL. **Estatística da Educação Nacional -1960-1971**. Vol. 1. Rio de Janeiro: MEC, mimeogr. 1972.

- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- _____. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Dispõem sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 out. 2020.
- _____. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-norma-pe.html>. Acesso em: 23 out 2020.
- BRITO, I. S. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- COELHO, C. B. **Entrevista concedida a Romildo de Castro Araújo**. Teresina, 21 jun. 2011.
- CASADEI, E. B. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, n.108, maio 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do Ensino Secundário. Porto Alegre: **Revista Educação**, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso 05 set. 2019.
- DEWEY, J. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**: Leituras. São Paulo: Learning Cengage, 2015.
- LOPES, A. P. C. Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942 -1971). In: **Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE)**, VI, Vitória, 16 a 19 maio 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1100. Acesso em: 10 mar. 2020.
- LOURENÇO F. Manuel Bergström. Educação como problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP**, vol. 79, n. 191, janeiro-abril, 1998, p. 07-28.
- LUZURIAGA, L. **História da educação pública**. Volume 71, Atualidades Pedagógicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias.13. ed. São Paulo Cortez, 2010.
- NUNES, C. **Escola & dependência**: a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- NUNES, M. P. **Discurso imperfeito**: notas para a história da educação brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.
- _____. **Geração perdida**: ensaios e notas críticas. São Paulo: Editora Artenova Ltda, 1979.
- PIAUI. Diagnóstico da situação educacional. **Secretaria de Estado de Educação e Cultura**. Assessoria Técnica. Teresina, PI, mimeogr., 1972.
- _____. Convênio MEC/Estado do Piauí para investimento dos recursos do Programa de Expansão do Ensino Médio. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, Ano XXXVII, N. 86, p. 08, 13/12/1970.
- _____. Mensagem enviada pelo governador do Estado Helvídio de Barros Nunes à Assembleia Legislativa do estado do Piauí em 1970. Teresina, Imprensa Oficial.
- _____. **Plano Nacional de Educação** - Exercício de 1969. Jun. Teresina: SEDUC, 1969.

- _____. Lei nº 2.887, de 5 de julho de 1968. **Dispõem sobre o Sistema Estadual de Ensino do Piauí e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado, Teresina, PI, 16 jul. 1968.
- _____. **Mensagem enviada pelo governador Helvídio de Barros Nunes à Assembleia Legislativa do estado do Piauí em 1962.** Teresina, Imprensa Oficial.
- _____. **Mensagem enviada pelo governador Rocha Furtado à Assembleia Legislativa do estado do Piauí em 1958.** Teresina, Imprensa Oficial.
- _____. **Mensagem enviada pelo governador Pedro de Almendra Freitas à Assembleia Legislativa do estado do Piauí em 1953.** Teresina, Imprensa Oficial.
- _____. **Mensagem enviada pelo governador Rocha Furtado à Assembleia Legislativa do estado do Piauí em 1950.** Teresina, Imprensa Oficial.
- _____. **Mensagem enviada pelo Interventor Federal no Piauí Leônidas de Melo ao Presidente da república Getúlio Vargas em 1942.** Teresina, DEIP.
- PIAUI NO QUADRO BRASILEIRO. **Jornal O DIA.** Teresina, Ano XVIII, N. 2601, p. 03., 22/23 dez. 1969.
- QUEIROZ, T. **Educação no Piauí – 1880-1930.** 2ª Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.
- ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil.** 30ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- RIBEIRO, E. S. **Entrevista concedida a Romildo de Castro Araújo.** Teresina, 13 ago. 2011.
- SANTANA, R.N.M. **Perspectiva Histórica do Piauí.** Teresina Edições Cultura, 1965.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 30ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2008.
- SOUSA, F. R. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.
- SOUSA, L. A. Educação e Instrução. In: SOUSA, Luiz Antonio de. **Problemas piauienses.** Teresina: Empresa Publicitária Piauiense, 1954, p.35-36.
- SILVA, C. O BRASIL PRECISA ANTES DE TUDO DE INTELIGÊNCIAS REALIZADORAS. **Jornal O DIA.** Teresina, Ano VIII, N. 595, p. 02., 04 set. 1958,
- _____. PROBLEMA EDUCACIONAL. **Jornal O DIA.** Teresina, Ano XII, N. 854, p.4., 03 mar. 1962.
- TEIXEIRA, A. A escola secundária em transformação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP,** vol. XXI, jan./mar, n.º 53, mimeogr.,1954.

Recebido em 02 de setembro de 2020

Aprovado em 10 de dezembro de 2020